



Sobre *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão

Rui Rodrigues
Mestrando/UA

PALAVRAS-CHAVE: TEOLINDA GERSÃO, MOÇAMBIQUE, PÓS-COLONIALISMO, FRANTZ FANON, HOMI BHABHA.

KEYWORDS: TEOLINDA GERSÃO, MOZAMBIQUE, POST-COLONIALISM, FRANTZ FANON, HOMI BHABHA.

Oui, Messieurs, donnez-moi la carte d'un pays, sa configuration,
son climat, ses eaux, ses vents, et toute sa géographie physique;
donnez-moi ses productions naturelles, sa flore, sa zoologie, etc.,
et je me charge de vous dire a priori quel sera l'homme de ce pays.

Victor Cousin

Fomos dos últimos a encerrar o império. Chegámos tarde ao clube da Europa limpa dos actos vergonhosos dos séculos passados, e quando chegámos havia ainda nas nossas mãos o odor sangrento da mesma maldade que os europeus haviam pretendido eliminada ao cabo das duas guerras mundiais. O racismo doentio de Hitler fora a morte abrupta e violenta de milhões, e abalou em definitivo as fundações do velho continente; a Humanidade atingira um novo grau de inovação tecnológica que, se posto ao serviço da sua perversidade, podia pôr em risco a sua existência. Purgava-se a Europa, procurando, sob o signo de uma união de iguais, um novo começo, e construir uma sociedade onde não houvesse tudo aquilo que fizera perdularem-se as épocas antecedentes. E nós teimávamos em conservar o que se cria ser profundamente errado.

Por isso houve, no Portugal pós-74, um silêncio de vinte anos sobre esse tempo que se quis fazer demasiado distante; apressámo-nos a integrar a CEE, e aceitámos precipitadamente todas as directrizes que contribuiriam para a actual insubstância generalizada do País. Deixou de haver império que nos permitisse imaginarmo-nos o seu centro capital (Ribeiro, 2003: 7), e regressámos à periferia da *ordo mundi* (Santos, 2002: 11), também ela atravessando uma crise de subalternidade face à emergência das antigas colónias (primeiro o norte da América, agora o Oriente superpovoado de mão-de-obra praticamente escravizada). É a partir dos últimos anos do séc. XX que começa a ganhar expressão, na literatura portuguesa, a voz dos que vieram das antigas colónias, juntando-se ao processo catártico da culpa pela guerra colonial (Lobo Antunes), bem como ao idealismo chorão das imensas maravilhas que por lá ficaram ao abandono. Só por esta altura essas centenas de milhares de pessoas parecem ter conseguido adaptar-se à terra para a qual os aviões americanos as deportaram, mas também só então parece generalizar-se, de entre os que nunca daqui saíram, uma atitude de compreensão do que fora a vida daqueles que vieram. É por esses anos, afinal, que assentou a poeira demagógica de uma revolução volatilmente manipuladora que os rotulou de retornados e apoiantes do regime ditatorial. Começavam-se a descobrir os dramas dessa gente, expulsa de África e mal recebida em Portugal. Este relato é algo de particular à experiência portuguesa da descolonização, que foi, como é típico no nosso País, atípica.

O caso de *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão, é precisamente esse: através da sua leitura descortina-se, como nas demais produções de temática idêntica, uma especificidade do viver dos brancos nas colónias portuguesas, que apenas marginalmente, ou de forma pouco linear, se pode enquadrar nas teorias anglo-saxónicas do pós-colonialismo. É que de um romance que, numa primeira reflexão, parece não ter nada de pós-colonial, dado o facto de a sua trama se situar, temporalmente, em épocas anteriores ao despoletar da guerra colonial, todo o conteúdo reflexivo e caracterizador dos homens e do espaço é-nos trazido como se, num aparente anacronismo, a experiência pós-colonial tivesse precedido o acto de descolonização. Exorta-se, numa perspectiva claramente saudosista, o quotidiano de Lourenço Marques, recuperando-se, como se fossem postais- ilustrados, os marcos mais assinaláveis das diversas ruas, parecendo aí que o único propósito da obra é não mais que evitar que essas memórias se percam na distância do tempo.

A primeira narradora é uma das personagens, Gita, que começa por relatar alguns momentos marcantes da sua infância, e depois da sua adolescência e pré-maioridade; no intervalo entre essas duas narrações de Gita, a sua voz dá lugar à de um narrador abstracto, omnipresente mas ausente, que alterna a história dos pais de Gita, Laureano e Amélia,

dando assim a conhecer a origem de cada um deles e as voltas que as suas vidas deram até se conhecerem. Sabemos desde muito cedo que não são ricos, vivem num bairro afastado do centro da cidade, e não são felizes. Aos olhos inocentes de Gita, a mãe é uma pessoa odiosa, obcecada pela sua costura e hostil para com os pretos; esta apreciação nada positiva da filha pela mãe é reforçada pela atitude diametralmente oposta do pai, que convive com os pretos sem qualquer preconceito. Se o pai o faz, porque não a mãe também? Esse choque entre Gita e Amélia atinge um ponto crítico através da criada Lóia, que a pequena aceita, quase instantaneamente, como sua ama, talvez mesmo como mãe (como se pode verificar no episódio em que Laureano e Gita levam Lóia e as filhas ao autocarro).

Os olhos de criança de Gita não se apercebem, na realidade, da ténue distância abissal que separa Laureano do seu grupo de amigos pretos, e até mesmo de Lóia; tal como não vê, na ausência da ama e na lonjura que a aldeia desta mantém com a cidade dos brancos, uma atitude de resistência, de impermeabilidade face à aculturação branca. O primeiro contacto com o racismo que subtilmente comprime o ar entre brancos e pretos dá-se na escola, através de uma colega preta, de nome Fanisse, que diminui Gita por ser branca. É também nessa fase que a noção de metrópole, vista até aí com a imaginação vaga da infância, adquire um leque de projecções complexas e oníricas, supondo-se que fosse um lugar deveras superior, embora confinado a um pequeno canto geográfico, pois só assim se podia explicar que regulasse as vastidões de colónias tão distantes.

Para contrastar com essa visão oficial do império, ministrada nas escolas, a narração de Gita é suspensa, e faz-se surgir uma voz que nos guia através da vida dos seus pais, desde a metrópole até à chegada de um e de outro a África, provocadas essas mudanças pelas condições insuportáveis de sobrevivência em Portugal, que se manteriam por muitos anos até desembocarem na revolução de Abril. Laureano fugiu, temendo a punição pelo parricídio que cometeu. A família de Laureano aparece como uma metáfora muito fiel da acção do regime sobre o País: o peso castrador da opressão paterna, a mãe (pátria), o irmão mais novo (o futuro) nas mãos do filho mais velho (o povo), que sente a necessidade imperiosa de sacrificar a estabilidade insalubre que é imposta sobre a casa velha e pobre.

Laureano age, dá expressão à sua vontade, concretiza o seu desejo de lutar por uma vida melhor – e mata o pai. Antes que tudo se descubra, foge para África, aproveitando uma carta de Ascendino – amigo que viera para Lourenço Marques nos anos 30, e que assistiu à construção da cidade, e por extensão, podíamos dizer, da nação: na verdade, é nesse momento que Laureano passa a pertencer a uma nova pátria, uma nação próxima da definição liminar de Bhabha, e dela não sairá mais. Os laços que o prendem à metrópole

vão-se dissipando cada vez mais, mas nunca deixarão de o estigmatizar em África como um eterno estrangeiro.

De facto, apesar de todo o seu esforço por se acomodar e enraizar nessa nova terra, parece haver sempre uma recusa para que tal aconteça, e para não dissipar a sensação de deslocamento. Por isso procura uma mulher da metrópole, e não da colónia, aceitando-a mesmo sem nunca a ter visto pessoalmente, nem saber nada sobre ela para além do que lia nas cartas. O seu maior sonho, o de pertencer a uma nova terra, nunca se realizará, a metrópole onde nasceu é parte integrante da sua identidade profunda, e impede o desligamento total de todas as memórias marcantes do tempo que antecedeu e motivou a partida. Também Amélia fugiu de uma família opressora. Órfã, ficou aos cuidados da madrinha que, frustrada talvez por uma realidade nunca assumida (a paternidade de Amélia atribuível ao padrinho, o que, além de tudo, a tornaria uma filha bastarda), a trataria sempre como a uma criada. A sua vida definhava, o seu futuro era-lhe roubado e destruído pela ausência de valores com que eram educados os homens e as mulheres que viviam à sua volta. E ela também, porém, como mais tarde se verá, ficará marcada por esse tipo de educação; fugiu dele enquanto lhe era doloroso, mas o seu desejo será sempre o de voltar vencedora e ocupar, nessa hierarquia vil e mesquinha, os lugares cimeiros que apenas permitem inveja e cinismo subserviente.

A carta de Laureano aparecia-lhe como a mão de um príncipe fabular que a vinha resgatar das maldades a que estava sujeita na sua terra, e nele viu essa oportunidade de, como num milagre, perder de vez essa mácula, esse estigma de pobre, a marca de um destino de sofrimento e de carências. Laureano fugira de uma metrópole nociva, para um dia conseguir perder em definitivo as ligações com esse espaço e tempo, mas Amélia fugia das injúrias sofridas nas esferas pública e privada, sonhos e ambições não realizados, uma vida de frustração; queria, porém, voltar, vingar-se e retribuir a infelicidade que lhe queriam ir causando durante o resto da vida. Daqui parte o descontentamento que ambos partilham ao longo da sua vida em comum: o que os une não é o amor, não é a vontade de estar com o outro com quem se vive, mas sim uma união forçada por condicionantes externas: se não fossem as dificuldades por que haviam passado, alguma vez se teriam conhecido? Estariam juntos? Como podia a sua vida comum perdurar, se caminhavam em sentidos diferentes, Laureano para sempre longe da terra natal, Amélia para lá voltar triunfante?

Por isso, a ideia de Laureano querer ser igual aos pretos, de se acomodar à terra e apagar todo o passado, revolta Amélia que, não obstante, e sem que tenha algum poder de decisão sobre isso, é, a partir do momento em que, após uma viagem “trágico-marítima”, desembarca em Lourenço Marques, cidadã dessa nação para onde Laureano a chamou. Mas

só podemos compreender esta ideia de pátria liminar, diferente da que Bhabha delineou, se primeiro clarificarmos a verdadeira noção de metrópole. A nosso ver, Laureano e Amélia nunca fizeram parte da metrópole, pelo facto simples de terem nascido fora de Lisboa. Esta sim, era a verdadeira metrópole; a cabeça do império não era Portugal continental, mas tão-somente a capital; tudo o que lhe fosse externo, mesmo no continente, era província, e o que a revisão de 1951 ao Acto Colonial fez na realidade foi não tanto a elevação das colónias a províncias ultramarinas, mas antes a passagem da província a colónia continental. O que não fosse urbano, metropolitano, cosmopolita, lisbonense, era provinciano, rural, distante como os lugares inóspitos da selva incógnita e desprezada. Havia claramente desigualdades dentro do território de Lisboa, mas a absoluta centralização de poderes destituía a província de qualquer autonomia ou autoridade; um indivíduo, nascido numa serra transmontana ou numa erva planície alentejana, se não tivesse a sorte de surgir num berço de ouro, era tão influente quanto um qualquer elemento de uma tribo africana.

Assim, é este peso colonizador, operado em pleno território continental (e que hoje perdura), o móbil pouco insuspeito que levou Laureano e depois Amélia a buscarem em África a liberdade que a metrópole (Lisboa) aglutinava para alguns. Já em Portugal eram eles do espaço provincial, eram já colonizados, e vão continuar a sê-lo em Moçambique, onde a distância atenua a influência da mão do império. Desta forma, o espaço liminar de Bhabha começa antes do contacto com o outro, porque o eu é ele próprio um outro, que comunga das angústias e aspirações daqueles cuja terra ocupada o eu visita e em relação à qual decide identificar-se como filho, apesar de tal só ser possível pela própria ocupação: quer dizer, não fosse o império de onde tenta fugir, o eu nunca teria tamanha facilidade em integrar-se naquele lugar; julga ser aceite pelos autóctones que nele vêem afinal mais um produto do poder sobre eles imposto, uma vez que não distinguem entre brancos pobres e brancos ricos. Todo o branco é um tentáculo mais do poder dominante que chega para contribuir na exploração abusiva da terra.

Esta irónica necessidade em relação ao poder que abjuram insere-se, nesses habitantes de uma pátria que só neles se concebe, na libertação dos laços que mantêm com a “mãe” metrópole, incapaz, por não ser tão central como outras metrópoles imperiais, de se configurar como reguladora de um império que, por esse motivo, se tornara desde muito cedo “[n]uma grande balbúrdia, turbulência e confusão” (Hespanha, 2005: 3). Por isto, desenrola-se nas mentalidades desses portugueses de dupla nacionalidade uma posição de suspeita que se enquadra na teoria humanista de Frantz Fanon (Alessandrini, 2005: 438), pautada pela descrença na inquestionável superioridade da cultura europeia perante as demais, reclamando, no final, o equilíbrio harmónico entre todas as culturas,

sem haver um centro e uma periferia a ele ligada por relações de secundarização. Estes brancos quase não pertencem à mesma nação; estão unidos pela ideia abstracta de império, e por razões históricas e eurocêntricas a metrópole é a parcela superior; mas eles, os que vivem nas colónias, são diferentes, distantes, dos da metrópole, influenciados pelo contacto com cultura(s) bem mais ancestrais, temporalmente (e não só), que a europeia.

É neste contexto de “desportugalização” de Laureano e de sonhos desfeitos de Amélia que nasce Gita, inocente e sem as preocupações de identidade que a geração anterior à sua não conseguiu resolver.

Gita é africana. A sua pele não o diz, o seu nome, a língua que fala, mas pertence àquela terra como qualquer outro que lá tenha nascido. Para ela, aquilo que o pai procura com tanto esforço é algo natural e tão certo como inquestionável: ela é daquela nação, é irmã dos meninos pretos que com ela vivem, não conhece as diferenças que as pessoas fazem entre si; há uma mulher a quem chama mãe, mas há outra a quem sente como mãe, e com ela duas irmãs que, por casualidade, têm um corpo ligeiramente diferente do seu. E apesar de, com o decorrer dos anos da sua juventude e adolescência, se ir apercebendo dos preconceitos vigentes, nunca se verá como cidadã da metrópole, ou do império – é filha de África. Esta é uma voz que, até a *Retorno* de Dulce Maria Cardoso, pouco fora resgatada, e que em *A Árvore das Palavras*, embora sob um manto de correcção obrigatório na abordagem de um assunto que nos envergonha ainda de culpa, Teolinda Gersão tem o desassombro meritório de não a deixar perder-se sob o ruído da guerra colonial.

Por fim, refiramos uma intencionalidade que releva da coincidência de idades dos protagonistas dos romances acima referidos. Aflora a ideia de que os Estados africanos com domínio português passavam a sua adolescência, estavam em pleno crescimento, e que essa geração jovem, africana, livre das diferenças que, durante séculos de presença portuguesa, nunca haviam permitido o desenvolvimento daqueles lugares, encarava o seu espaço como uma outra terra, que nem os outros, brancos ou pretos, legitimavam, e que até então não existira senão no imaginário de quem não a conseguira concretizar; uma geração nova e múltipla de africanos que se ligava à sua terra por laços mais intensos que os que o império propalava (o qual lhes aparecia, já, irrelevante); essa geração jovem como o país, levada pela esperança de construir uma nação livre, justa, próspera (e Próspera, também) – que acabará por ser posta nos barcos e nos aviões para fora de lá, que verá os seus irmãos pretos a acusarem-nos de imperialistas, fascistas, opressores, ladrões, postos nos barcos como outrora se carregavam os navios negreiros: africanos a venderem outros africanos. Acusados em África de serem brancos, e rotulados, depois, em Portugal, de serem pretos. Mas sempre saudosos dessa nação ideal que, por breve

tempo, vislumbraram no horizonte onde os sonhos se cruzam com a realidade. A nação a que nunca deixarão de pertencer.

BIBLIOGRAFIA

- ALESSANDRINI, Anthony C (2005). "Humanism in question: Fanon and Said". In SCHWARZ, Henry, SANGETA, Ray (eds.). *A companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 431-450.
- HESPAÑHA, António Manuel (2005). "Porque é que foi «portuguesa» a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos". In BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Junia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello (orgs.). *O governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, 52-55. Acessível em: <http://pt.scribd.com/doc/88964679/Hespanha-O-Texto-Em-PDF>. A paginação referida provém deste documento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2003). *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Oficina do CES. Acessível em: <http://web.ces.uc.pt/ces/publicacoes/oficina/188/188.pdf>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). "Between Prospero and Caliban. Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity". *Luso-Brazilian Review* XXXIX, 9-43. Acessível em: <http://lbr.uwpress.org/content/39/2/9.full.pdf+html>.

RESUMO

Partindo do pressuposto, muito defendido nos estudos pós-colonialistas portugueses, de que a *praxis* colonialista portuguesa foi diferente do paradigma inglês, este pequeno estudo pretende discutir como, no romance *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão, se revelam os problemas de identidade nos habitantes do espaço colonial de Moçambique, com particular relevo para os que, de ascendência caucasiana, nasciam na colónia.

ABSTRACT

Taking up from the idea that, according to many studies on Portuguese post-colonialism, Portuguese colonialist *praxis* differed from the English paradigm, this study aims to discuss how, throughout the novel *A Árvore das Palavras* by Teolinda Gersão, identity problems are dealt with by the inhabitants of colonial Mozambique, focusing particularly on those who, having Caucasian ascendancy, were born in the colony.